

JOSÉ SIDNEI GONÇALVES (1957-2012)¹

José Venâncio de Resende²

O pesquisador científico José Sidnei Gonçalves nasceu em 11 de janeiro de 1957 em Itaberá (SP), município maior produtor de feijão do Estado, mas que já foi chamado de parte do “Ramal da Fome”. Fez curso de técnico agrícola e graduou-se em engenharia agrônômica pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (FCA) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) (1983). Funcionário desde 1976 do Instituto de Economia Agrícola (IEA/APTA/SAA-SP), tornou-se, em 1997, doutor em ciências econômicas pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com a tese “Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira”.

José Sidnei considerou a realização de sua tese de doutoramento um “exercício de intensa teimosia” (GONÇALVES, 1997). Aos amigos, ele relacionou “tanta teimosia” com sua trajetória de vida. Ou seja, “a tese tinha que estar coerente com minha história, e toda ela permeada por intensa teimosia. Filho de motorista de caminhão, transportador de cereais (feijão) no sudoeste de São Paulo (Itaberá), criado com o avô Alcides Fonseca Lobo, lavrador sem terra, desde cedo em contato com as agruras que o desenvolvimento nacional traz a certas camadas da população, desde cedo teimo em tentar compreender a mim e aos meus semelhantes”.

Logo aos sete anos, José Sidnei foi presenteado pelo avô e pelo pai com uma caixa de engraxate “maior que meu corpo franzino” – “os instrumentos de trabalho (escovas, graxas e tintas) foram adquiridos com dinheiro emprestado o qual me encarreguei de saldar”. Junto da caixa de engraxate, a recomendação taxativa para estudar, tanto que, aos 12 anos, em 1969, ganhou de presente de aniversário o livro “História Econômica do Brasil”, de Caio Prado Jr. (11ª edição). Já como distribuidor do Estadão (O Estado de S. Paulo) para os assisnantes na cidade, lia o jornal inteiro antes de entregar o último exemplar. Na adolescência, como “boia-fria”, colheu feijão nas safras “porque dava mais dinheiro”. E nas férias enfrentava a tarefa de aplicador de “veneno” (defensivo agrícola), sem “nenhuma consciência do perigo”.

Já técnico agrícola, em 1974, continuou por mais algum tempo na lavoura, “agora como 'boia-fria' integral”, até que se tornou vendedor de adubos e defensivos, bem como instrutor de aplicação aos plantadores de feijão. Em São Paulo, trabalhou oito meses na construção civil, como ajudante de pedreiro, até ingressar no IEA por concurso. O Instituto, ressalta, foi fundamental no seu aprendizado das técnicas de estatística econômica e de aplicação de econometria (ajustamento de funções de oferta e demanda). No campo político, recebeu a primeira orientação teórica sobre a problemática do “boia-fria”.

Durante o curso de Agronomia na UNESP-Jaboticabal, militou na Comissão Pastoral da Terra, participando da formação da base sindical “da qual floresceriam os combativos sindicatos regionais de boias-frias”. E, para fechar com chave de ouro esta fase, fez uma monografia de final de curso com o “pretensioso estudo da Crise de Alimentos sob a Égide do Capital”, orientado pelo prof. Gebara. O padrinho de formatura da turma de José Sidnei foi o bispo Dom Pedro Maria Casaldáliga, “que me guiou para a convicção de poder fazer concreta, em vida, a celebração da 'Missa da Terra Sem Males”.

Ao completar 35 anos de serviço público, José Sidnei escreveu: “Trabalhei na organização dos sindicatos de trabalhadores rurais na cana, atuando na Comissão Pastoral da Terra e na Pastoral dos Migrantes Sazonais. Militei na Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de São Paulo (FETAESP)...”

¹O autor agradece as contribuições de José Roberto Vicente, Alceu Arruda Veiga Filho, Antonio Carlos Carvalho Filho e à família, em especial Sheila Pereira Gonçalves e Nelson Gonçalves.

²Jornalista, Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica do Instituto de Economia Agrícola.

José Sidnei tinha várias facetas, ou seja, uma admirável capacidade de conciliar diferentes aspectos como o “técnico”, o “político”, o “militante”, o “amigo”, o “homem de família”, o “defensor do setor público”.

Como pesquisador científico do IEA, focou sua atividade em pesquisa & desenvolvimento na área de economia aplicada à agricultura, com ênfase na análise do desempenho setorial e políticas públicas à luz da teoria econômica e da história econômica. Sua produção científica abarcava, principalmente, os temas desenvolvimento econômico, orçamento público, instrumentos de políticas governamentais, competitividade setorial, progresso técnico e estrutura de mercado e formação de preços. Foram 839 artigos e trabalhos, 243 participações em eventos e três livros.

Como coordenador da Pesquisa Agropecuária (CPA) (1999-2000) e da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) no período de 2000-2004, colocou em prática sua formação de administração pública e sua visão de desenvolvimento regional, construída a partir da década de 1980 quando assessor do então coordenador da CPA, Nelson Martin. No Governo Montoro (1983-86), participou ativamente da instalação das estações experimentais de Assis, Adamantina e Votuporanga (IAC), bem como da de búfalos em Registro (IZ), cuja visão era claramente de descentralizar as ações de pesquisa do eixo São Paulo-Campinas.

Já na APTA, articulou a reorganização da Agência (Decreto Estadual n. 46.488/2002), transformada em instituição de pesquisa pela Lei Complementar n. 895/2001, e implantou o Departamento de Descentralização do Desenvolvimento (DDD). O Artigo 29 definiu as atribuições do DDD, com a finalidade de articular os Polos Regionais de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios na geração, adaptação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, a partir de uma visão multidisciplinar focada em cada região paulista, contemplando as principais cadeias de produção locais.

Mas voltemos um pouco no tempo. Consciente do seu papel, José Sidnei, ao completar 35 anos de serviço público, fez brilhante reflexão “sobre as mudanças que sofri e provoqueei no período (...). Desde logo, sinto que cumpro com denodo minhas obrigações e cresci muito, talvez mais que imaginava três e meia décadas atrás”.

Técnico agrícola no início da carreira, engenheiro agrônomo com doutorado em Ciência Econômica e nada menos que dez concursos públicos (nos quais foi o primeiro colocado), até atingir o topo da carreira de pesquisador científico. José Sidnei, em sua reflexão, revela que mudou junto com a agricultura paulista, a Secretaria de Agricultura em particular.

Assim, em 1976, iniciava-se o PROALCOOL, envolvendo a participação ativa da Secretaria e o grande esforço estava na concretização da modernização da agropecuária. “Em 2011, o carro flex e o novo ciclo do álcool combustível passam à margem da ação pública e a moderna agropecuária paulista está entre as mais desenvolvidas do mundo.”

Em 1976, “éramos primários exportadores”, com destaque para o café no valor da produção. Em 2011, a agricultura paulista é agroindustrial exportadora (82% das vendas externas são processados) e o valor da produção é encabeçado pela cana “pois os cafezais viraram canaviais”.

Em 1976, “imperava a lógica das culturas e em 2011 fala-se em cadeias de produção. Em 1976, falava-se em sítiantes; em 2011, em agricultura familiar”. De agricultura diversificada, passou à especialização regional. Antes, era levantamento de preços agropecuários diários pela rede de rádios em diversos pontos do território paulista e um no Paraná; hoje, é feito via internet.

Em 1976, o processamento de dados era manual, em longas listas impressas pelo sistema de cartões perfurados; em 2011, tudo está informatizado, até a coleta dos preços do varejo. Antes, “a gente trabalhava feito doido para digitar o Boletim Diário no estêncil e rodava 137 cópias em mimeógrafo e às 11 horas eram entregues ao mensageiro dos grandes jornais para serem publicados na íntegra no dia seguinte”; hoje, tudo é processado via eletrônica e disponibilizado no site.

Entre os inúmeros artigos publicados por José Sidnei, dois particularmente me chamaram a atenção. No primeiro deles, “Da aldeia rural à aldeia global: uma reflexão sobre a relação entre o avanço da comunicação e o desenvolvimento capitalista” (GONÇALVES; GONÇALVES, 1995), o pesquisador discute o “movimento contraditório” entre a vida comunitária e o individualismo (o “agora cidadão do mundo cada vez mais voltado para si próprio em detrimento do coletivo”). Daí a necessidade de a comunicação, “sem perder a universalidade inexorável”, se adequar à nova realidade da “3ª Revolução Industrial”, que “reconduz o homem coletivo ao centro do processo de trabalho calcado na cooperação”.

Já o artigo “Novos títulos financeiros do agronegócio e o novo padrão do financiamento” (GONÇALVES et al., 2005) contribuiu para marcar a presença de José Sidnei nos debates sobre a mudança do padrão de financiamento da agricultura brasileira. Partiu da configuração da crise do crédito rural subsidiado da década de 1960, que sustentou o processo de modernização agropecuária e de agroindustrialização dos anos de 1970, cujo esgotamento se deu na virada dos anos de 1980. Analisou o surgimento e a evolução dos títulos financeiros como constituidores de um novo padrão de financiamento que ganhou impulso na metade dos anos de 1990. Apontou, por fim, que os entraves macroeconômicos, ao condicionar o patamar das taxas de juros, impediam a redução consistente do custo do dinheiro obtido com a venda antecipada, lastreada em títulos financeiros. Como um “missionário”, José Sidnei passou a participar ativamente de encontros regionais, promovidos pelo IEA em parceria com a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), focados no gerenciamento de riscos na produção e na comercialização.

O José Sidnei, permanentemente inquieto e polêmico, navegou por outras águas. Por exemplo, participou desde 1990 da elaboração das leis e medidas de revitalização do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), como criação de mecanismos de crédito para a agricultura familiar, subvenção do prêmio do seguro rural e contratos de opção e seguro da sanidade citrícola, entre outros avanços. Esteve diretamente envolvido com a elaboração de todos os Planos Plurianuais da SAA desde o primeiro em 1999-2003. Foi um dos responsáveis pela estruturação das estatísticas de balança comercial e ajudou a montar os índices quadrissemanais de preços agrícolas do IEA.

A participação política de José Sidnei pode ser exemplificada com as memoráveis campanhas eleitorais do antigo MDB, na transição do regime militar para a democracia, nas quais mergulhou de corpo e alma, inclusive fazendo trabalho de boca de urna na periferia da cidade de São Paulo. Também coordenou a campanha de 1986 para deputado federal do sindicalista Roberto Horiguti, então presidente da FETAESP, que não chegou ao seu final devido a um acidente de carro do candidato no interior do Estado.

O José Sidnei “militante comunitário” pode ser exemplificado pela sua participação no Movimento de Recuperação do Riacho do Ipiranga (MORRI), criado no início da década de 1990 para atuar na recuperação e no desenvolvimento da bacia do histórico riacho e, em especial, na preservação e conservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida da população. O pesquisador credenciou-se como o porta-voz junto à mídia do movimento, que trabalhava com o conceito de bacia hidrográfica “urbana”. Embora com vida curta, a organização não-governamental coletou mais de cinco mil assinaturas pelo “tombamento” do histórico riacho, protocoladas na Prefeitura Municipal, e apresentou contribuições como as de denunciar o problema da poluição das nascentes do Riacho do Ipiranga; sugerir a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, até então inexistente; e abrir o caminho para a implantação em 1993 do Plano de Ação para o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI), coordenado pelo Instituto de Botânica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Sobre o José Sidnei “amigo”, permito-me citar um exemplo pessoal. Quando em 1989 deixamos o gabinete da CPA rumo ao IEA, ele reuniu algumas pessoas e propôs a criação de um grupo de trabalho para produzir trabalhos científicos e técnicos com vistas a ingressar futuramente na carreira de pesquisador científico. Eu

declinei do convite por não me considerar com vocação para a função, mas ainda assim, nos anos seguintes, ele persistiu na cobrança de que eu deveria me preparar para concursos da carreira de pesquisador científico.

Outra característica marcante de José Sidnei era cultivar os laços familiares, não apenas na preocupação permanente com o futuro profissional das filhas como também no auxílio diário à esposa na gestão do seu negócio de transporte escolar, além de que estava sempre pronto para ajudar os parentes. Não obstante, ele falava com grande orgulho sobre o sucesso profissional dos irmãos, todos egressos de escola pública e que trilharam cada qual seu caminho, ancorados, como ele, no conhecimento como oportunidade de romper barreiras na escala social.

Na educação de suas filhas, ele sempre frisou a importância na dedicação aos estudos e uma de suas frases mais inspiradoras era de que “o aprendizado é a única conquista que ninguém pode tirar da gente...”. Sempre questionado sobre por que manter suas filhas em ensino público, ele repetia que veio de escola pública e que assim venceu na vida; e que o único fator impeditivo para suas filhas conquistarem seu espaço seria elas mesmas. Foi dessa maneira que suas três filhas concluíram seu ensino médio em escola pública e ingressaram no ensino superior em universidades estaduais. Sheila lembra, como se fosse hoje, da felicidade de seu pai ao ver seu nome na lista de aprovados da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, de 2001. Simone está se formando em economia pela ESALQ-USP e Sibelle se credencia como nova engenheira agrônoma pela UNESP-Jaboticabal, mesma escola onde o pai estudou.

Por onde andou, José Sidnei jamais escondeu os laços de sua origem, os seus e sua história construída a partir da superação. Itaberá, pedra brilhante em tupi guarani, onde ele nasceu, sempre era lembrada, tanto que colaborou, politicamente, para o acesso do município a programas e recursos estaduais em diversas áreas. Com o apelido de “Bermuda” adquirido na infância em Itaberá, carregou em suas pernas franzinas o peso da pobreza na origem, sem nunca perder a ternura, uma de suas maiores virtudes como ser humano, além da inteligência acima da média.

Por fim, cabe lembrar o José Sidnei “defensor ferrenho do setor público”. Ele ficava indignado quando alguém criticava a interferência do Estado na economia, aludia ao tamanho do Estado ou ainda se referia à elevada carga tributária.

Últimas Ações e Polêmicas

Desde 1996, José Sidnei participava regularmente dos congressos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), com a apresentação de trabalhos. Foi um dos editores da Revista de Economia e Sociologia Rural, no período 1995 a 1997. Nos congressos, coordenou várias vezes grupos de trabalho como, por exemplo, o de “Ciência, Pesquisa e Transferência de Tecnologia (2011 e 2012). Além disso, era membro do Conselho Fiscal da gestão 2010-12 da entidade.

Tanto que, no 50º Congresso da SOBER, em 22-26 de julho de 2012, José Sidnei foi homenageado, inicialmente, na sala 29 onde foram apresentadas as pesquisas do grupo de trabalho coordenado por ele. Na sessão organizada “Agropecuária modernizada – esgotamento do velho padrão de ação pública e os novos desafios das políticas setoriais”, que ele havia proposto e estruturado, suas ideias foram citadas por todos os palestrantes; inclusive, foi apresentado um de seus últimos artigos - “Do bonde ao trem-bala: o fim do domínio da genética pública e o novo padrão de financiamento do custeio agropecuário” (GONÇALVES, 2012a). Durante a assembleia geral dos associados, o presidente da SOBER relatou sua história na entidade; um dos coordenadores científicos do evento destacou sua colaboração para o 50º Congresso; e o adjunto do grupo de trabalho por ele coordenado em 2012 apresentou um resumo de sua carreira, que foi aplaudido pela plenária.

Também, durante o Congresso da SOBER, informou-se que José Sidnei participa do segundo volume do livro “A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas”, com o tema “Especificidades regionais e socioculturais da pobreza rural na região Sudeste do Brasil”. A publicação é resultado de projeto executado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), com apoio dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Educação, bem como do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Entre as últimas ações de José Sidnei, destaca-se o esforço no sentido de aplicar seus conhecimentos e suas ideias tanto na melhoria quantitativa do orçamento (incremento no aporte de recursos) quanto na eficiência no gasto dos recursos da SAA. Como Coordenador do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (desde 2010) e “guardião da economia” no âmbito do Governo do Estado (2012), ele nunca perdeu o foco na missão da SAA e nas demandas do Governo. Em seu último artigo (GONÇALVES, 2012b), José Sidnei analisa o orçamento da SAA, com base nos projetos de lei para 2009-2012 e conclui: “Os resultados mostram que há aumento persistente da participação da SAA no orçamento estadual no período 2009-2011 e prenúncio de recuo para 2012. E que importantes alterações de prioridade foram incorporadas.

Além disso, José Sidnei colaborava, a partir do primeiro semestre de 2012, com o Programa de Pós-Graduação do Instituto Biológico - nível de mestrado acadêmico em Sanidade, Segurança Alimentar e Ambiental no Agronegócio - ministrando a disciplina “Agricultura dos Agronegócios”. A importância da sua contribuição está relacionada ao fato de ser uma “disciplina nucleadora e ao mesmo tempo contextualizadora dos problemas do agronegócio e dos aspectos de sanidade envolvidos na produção agropecuária”, segundo o coordenador do curso Luiz Carlos Luchini. Apesar do pouco tempo de colaboração com o curso, “era perceptível o entusiasmo dos alunos com o conteúdo da disciplina e a perspectiva que ela abria nas discussões sobre a multidisciplinaridade do programa”.

Recentemente, José Sidnei envolveu-se em várias polêmicas, com destaque para os debates sobre o Código Florestal. Ele defendia que fosse levado em conta o direito adquirido, ou seja, a lei não poderia ter efeito retroativo. A norma de 2001 falava em manter 20% da área total da propriedade com floresta em São Paulo, exclusive APP (Área de Proteção Ambiental). No passado, os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul haviam ocupado tudo, uma vez que era permitido o desmatamento. Assim, na sua visão, o que mudou foi a norma, não o agricultor que operou a ocupação antes dessa data. Daí porque o produtor não poderia ser incriminado (ou criminalizado). Uma das falhas da discussão sobre o Código Florestal, na visão do pesquisador, é que não se baseia em dados empíricos, faltam informações na maior parte do Brasil.

Outra polêmica foi a da crise de identidade da Embrapa, a partir de artigo do jornalista Ming (2012). José Sidnei argumentou que a crise alcançava outros centros de pesquisa agropecuária, financiados com recursos públicos, como o Instituto Agrônomo. Ele alegava que, no caso das grandes lavouras, “o trem-bala do capital financeiro no custeio da safra fechou as portas na cara da pesquisa pública. E se assiste à internacionalização da base genética da agropecuária brasileira”. Também discutia “a enorme regressividade desse modelo de financiamento do custeio de safras via títulos financeiros”. Finalizava, defendendo a reinvenção da ação pública para a agricultura brasileira, “que não mais viaja no bonde do crédito subsidiado, mas no trem-bala do capital financeiro”.

Outro tema abordado por José Sidnei foi o da “reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira”, a partir das exportações no período 1997-2010 (GONÇALVES, 2011). Para ele, “em síntese, tanto para a economia brasileira como um todo como para a agricultura em particular e o conjunto dos demais setores, há expressivo crescimento das exportações de todos os perfis de agregação de valor no período 1997-2010. Os produtos com transformação industrial, sejam na forma de bens intermediários (semimanufaturas) ou bens mais elaborados (manufaturados), mostram exportações crescentes quando expressas em moeda norte-

-americana, o que configura crescimento absoluto das vendas externas industriais. E como nesse período também o consumo interno amplia-se de forma importante, descaracteriza-se a ocorrência de eventual processo que possa ser denominado de desindustrialização”.

Uma das últimas manifestações de José Sidnei foi em 21 de maio, quando encaminhou e-mail ao pesquisador Luís Henrique Perez, com cópia para vários colegas, com o título “Feijão e arroz perdem espaço na mesa do brasileiro”, em referência à reportagem da jornalista De Chiara (2012). Na mensagem, propunha a Perez “entrar na polêmica, via preços”. Argumentava que a pesquisa fora realizada em 2010 e 2011 “quando os preços do arroz e do feijão estiveram mais baixos nos últimos anos. E nesse quadro não faz sentido o título da matéria. Deve ser desses economistas urbanos que desconhecem o mercado agropecuário. E essa qualidade da chutatória privada cria enorme confusão nos mercados”. E concluía: “Ora, pelo padrão de preços do feijão em 2010 e 2011, mesmo gastando menos com feijão como proporção da renda familiar o brasileiro médio comprou mais feijão em volume físico. E mesmo tendo gasto mais com carnes (em especial bovina), pela explosão de preços (mais de R\$ 90 por arroba no campo), deve ter comido menos carne em volume físico.”

No mesmo dia, por volta das 16 horas, recebi um telefonema de José Sidnei, por meio do qual fez reparo à notícia sobre o “Sabor da Colheita 2012” do Instituto Biológico. Ele contestou a informação de que o cafezal do Biológico era a maior plantação urbana de São Paulo e do Brasil. Argumentou que muitos municípios menores do que São Paulo, onde as áreas urbana e rural se confundiam, tinham cafezais urbanos maiores. Eu ponderei com o ensinamento de um velho mestre em comum: “em País onde as estatísticas não são confiáveis, usa-se um número até que alguém prove que ele está errado”.

Este era o José Sidnei!

LITERATURA CITADA

DE CHIARA, M. Arroz e feijão perdem espaço na mesa do brasileiro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 maio 2012. Economia & Negócios.

GONÇALVES, J. S. Do bonde ao trem-bala: o fim do domínio da genética pública e o novo padrão de financiamento do custeio agropecuário. **Análise e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 7, n. 4, 2012a. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=12332>>. Acesso em: jul. 2012.

_____. et al. Novos títulos financeiros do agronegócio e o novo padrão do financiamento. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 7, p. 63-90, 2005.

_____.; GONÇALVES, C. D. Da aldeia rural à aldeia global: uma reflexão sobre a relação entre o avanço da comunicação e o desenvolvimento capitalista. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 17-25, 1995.

_____. **Mudar para manter**: análise do processo de pseudomorfose da agricultura brasileira. 1997. 481 p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

_____. Orçamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo: análise com base nos Projetos de Lei para 2009-2012. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 5-10, 2012b.

_____. Reprimarização ou desindustrialização da economia brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 6, n. 12, 2011. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=12256>>. Acesso em: jul. 2012.

MING, C. Ainda a crise da Embrapa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 abr. 2012. Economia & Negócios. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/celso-ming/2012/04/06/3884/>>. Acesso em: jul. 2012.